

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Rovena Rosa/Agência Brasil

Gleisi: opção por 2026 garante caminho em 2025?

Gleisi pode ter sido carro na frente dos bois

As diferenças internas no PT e no governo entre o que se batizou de “Turma de Curitiba” e “Turma de São Bernardo” refletem-se no debate sobre a escolha da deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. Dona hoje do entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a “Turma de Curitiba” aplaude a escolha. Escan-

teada do espaço que teve nos primeiros dois governos de Lula, a “Turma de São Bernardo” no mínimo tem dúvidas sobre se a escolha foi acertada. Mais uma vez, porém, a opção por Gleisi aponta o quanto é diferente o perfil do terceiro governo de Lula em comparação com os dois primeiros. Nomes que foram importantes conselheiros agora têm pouco acesso a Lula.

Curitiba

A “Turma de Curitiba” é formada por aqueles que mais se solidarizaram com Lula durante o período da sua prisão na sede da Polícia Federal em Curitiba. Gleisi é uma das mais claras expressões desse grupo. Do qual faz parte também o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

São Bernardo

A “Turma de São Bernardo” são aqueles que fundaram com ele o PT. Nomes como José Dirceu, Luiz Dulci, Gilberto Carvalho. Alguns se desgastaram no passado e tentar retornar, como Dirceu. Outros somente andam mais afastados do mundo da política.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Raquel Lyra filia-se ao PSD na segunda-feira (10)

Antes de pensar em 2026, Lula deveria pensar em 2025

Um outro desses fundadores do PT em 1980 comenta que o raciocínio que levou Lula a escolher Gleisi para as Relações Institucionais parece colocar o carro na frente dos bois. Diante da falta de segurança quanto a vir a ter o apoio dos partidos do Centrão para 2026, Lula optou por colocar em seu entorno alguém

da sua estrita confiança. Concluiu que, talvez, um ministro do Centrão poderia vir a fazer a articulação não necessariamente para o governo, mas para o seu grupo. Gleisi daria essa garantia de fidelidade. O problema: ela é capaz de angariar apoio para a pauta que precisa no Congresso? 2026 depende de agora.

Apoio

Assim, Lula deveria basear a lógica em torno do seu ministério em garantir a base mais ampla de apoio que lhe garanta os votos necessários no Congresso. Fazer um bom governo até 2026 depende de garantir tal tranquilidade no Parlamento. E ter o que apresentar ao eleitor.

Raquel Lyra

Na segunda-feira (10), a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, filia-se ao PSD. Esse tende a ser o caminho também dos outros dois governadores do PSDB, Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, e Eduardo Riedel, do Mato Grosso do Sul. Mais força política ao PSD.

Fidelidade

A escolha parece ter se baseado na falta de confiança quanto à fidelidade desses partidos. Mas não tê-los no governo na proporção da ampla aliança formada para garantir a eleição em 2022 tende a apenas aumentar essa falta de compromisso de fidelidade. E afastá-los.

Pragmático

O Centrão é pragmático. E o PSD o suprassumo do pragmatismo. Não farão juras de fidelidade a Lula desde agora, independentemente de resultados. Mas também não anteciparão rompimentos. Mas, quanto menor o comprometimento, mais chance de outro caminho.

Brasil pode aplicar tarifas aos EUA como retaliação

Ao Correio, especialistas destacam que é preciso cautela

Por Gabriela Gallo

Novas declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (partido Republicano) trazem à tona um novo capítulo de incerteza nas relações comerciais entre o país com o Brasil. Em seu primeiro discurso diante do Congresso americano, o presidente citou o Brasil como um país que aplica tarifas “injustas” em produtos norte-americanos no mercado internacional. A declaração ocorreu na noite desta terça-feira (4).

“Outros países usaram tarifas contra nós por décadas, e agora é a nossa vez de começar a usá-las contra eles. A União Europeia, China, Brasil e Índia, México e Canadá e diversas outras nações cobram tarifas tremendamente mais altas do que cobramos deles. É injusto. [...] No que eles nos taxarem, nós os taxaremos. Se eles aplicarem medidas não tarifárias para nos manter fora do mercado deles, então nós faremos barreiras não monetárias para mantê-los fora do nosso mercado”, declarou Trump.

Está previsto para entrar em vigor a partir de 21 de março a implementação de tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio brasileiro. Nesse meio tempo, as diplomacias de ambos os países precisam articular para tentar reduzir os impactos e danos que a medida pode gerar para as nações. O vice-presidente da República e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), pretende se encontrar ainda nesta semana com o secretário do Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, para discutirem as tarifas impostas aos países.



Alan Santos/PR

Trump ameaça sobretaxar produtos brasileiros

A política econômica protecionista foi promessa de campanha de Donald Trump. O novo presidente também vem ameaçando anteriormente aplicar tarifas de 150% aos produtos dos países que compõem o Brics, bloco do qual faz parte o Brasil, caso o bloco passe por uma “desdolarização” e adote uma nova moeda para as suas relações comerciais.

Retaliação

Diante das mudanças propostas pro Trump, apesar de a diplomacia brasileira adotar um tom cauteloso nas negociações entre os países, o governo brasileiro cogita aplicar tarifas a produtos ou serviços norte-americanos, dentre elas, a taxa de Big Techs, as empresas que controlam as redes sociais. O tema já era discutido em território nacional antes das eleições dos Estados Unidos.

Ao Correio da Manhã, o

internacionalista e especialista em comunicação política João Cândido destacou que qualquer decisão que envolva taxa de Big Techs precisa estar acompanhada de “uma narrativa bem estruturada”.

“A taxa de Big Techs já é uma pauta recorrente, com argumentos voltados para a equidade tributária e a regulamentação do mercado digital. No entanto, se for adotada como retaliação comercial, o governo precisará comunicar claramente os motivos e os objetivos dessa medida, evitando que seja interpretada como uma ação meramente punitiva. A falta de um discurso bem fundamentado pode gerar repercussões negativas na imprensa internacional e entre investidores. Caso o Brasil opte por retaliar, a comunicação do governo precisará reforçar a ideia de defesa dos interesses nacionais, evitando transmitir uma imagem de

escalada de conflito comercial”, explicou à reportagem.

O Correio também conversou com o consultor de Política Internacional da BMJ Consultores Associados Vito Villar, que concorda com a possibilidade de o governo brasileiro retaliar os Estados Unidos. Porém, para ele, este não deve ser o primeiro recurso a ser aplicado. “O mais provável é que se busque a negociação de termos mais favoráveis antes de partir diretamente para uma guerra comercial. É importante lembrar que, internamente, aumentar imposto de importação tem custado muita popularidade ao governo. Portanto, medidas assim serão vistas com cautela”, reiterou.

O internacionalista João Cândido destacou que “a escalada de tarifas pode gerar impactos diretos na cadeia produtiva de ambos os países, elevando custos”.

Psol racha em torno da extensão do apoio a Lula

Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Por Rudolfo Lago

O Psol está rachado em dois grupos, e o embate entre as alas virou troca de acusações nos bastidores. A ala majoritária, liderada pelo deputado Guilherme Boulos (SP), defende o apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto a minoritária, encabeçada pelo deputado Glauber Braga (RJ), acusa o partido de se afastar de seus princípios socialistas.

Guilherme Boulos comanda a ala mais forte do PSOL, que conta com sete deputados listados além dele. Está no grupo a atual líder do Psol na Câmara, Talíria Petrone (RJ). Em recente entrevista ao Correio da Manhã, ela defendeu o apoio a Lula. Segundo ela, essa é alternativa que hoje se impõe ao campo da esquerda. Em um momento extremamente delicado do ambiente político, não apenas no país como no mundo. Afastar-se de Lula, assim, poderia acabar auxiliando o campo adversário da direita.

No entanto, a ala minoritária reclama da aproximação do grupo de Boulos com o PT, do afastamento de princípios socialistas, da falta de críticas ao governo Lula e da possibilidade de apoiar medidas de austeridade fiscal.

Haddad

O apoio à política fiscal é o principal ponto de divergência. No fundo, essa é uma ques-



Boulos defende Psol mais próximo do governo

tão que afeta internamente ao próprio PT. No ano passado, o partido, em reunião presidida por Gleisi Hoffmann (PR), que agora irá assumir a Secretaria de Relações Institucionais, classificou a política fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de “austericídio”.

Nesta quarta-feira (5), ao comentar a nova função que irá exercer a partir de segunda-feira (10), Gleisi afirmou que sua tarefa será “fortalecer alianças” e não tratar de eco-

nomia. Mas toda a pauta do governo apresentada ao Congresso para este ano, com 25 itens, é ligada à economia, e foi entregue aos deputados e senadores por Haddad.

Dissidentes

Glauber Braga lidera a ala dissidente, que soma outros quatro parlamentares além dele. Ele e seus aliados afirmam que o Psol perdeu a independência e está “engolido” pelo governo petista. Glauber, co-

nhecido pelo estilo combativo, já foi descrito como alguém que “perde o controle” em reuniões e enfrenta resistência dentro da própria bancada.

Estão com Glauber Braga nessa ala dissidente os deputados Chico Alencar (RJ), Fernanda Melchinonna (RS), Luiza Erundina (SP) e Sâmia Bonfim (SP), que é casada com Glauber Braga.

Majoritário

O grupo majoritário, além de Boulos, tem Célia Xakriabá (MG), Erika Hilton (SP), Ivan Valente (SP), Luciene Cavalcante (SP), Pastor Henrique Vieira (RJ), Talíria Petrone (RJ), e Tarcísio Motta (RJ).

O racha se acirrou após as eleições municipais e a derrota da ala minoritária na convenção do partido. Boulos foi acusado de pressionar por uma federação com o PT e de apoiar medidas de austeridade fiscal. Glauber chegou a discutir sua desfiliação do partido, mas sem adesão significativa de seus aliados.

Enquanto a disputa interna segue exposta ao público, a liderança nacional do Psol tenta amenizar a crise. A presidente do partido, Paula Coradi, mantém silêncio sobre o conflito, enquanto Talíria Petrone, líder da sigla na Câmara, defende que as tensões são parte do “amadurecimento” da legenda.

Com Folhapress